

Depois de comunicar ao Ministério Público a notificação da Transportadora Turística Suzano (Suzantur), para que o município pagasse subsídios referentes aos meses de janeiro até os dias atuais, e classificar a notificação como típica prática de coação no curso do processo, o chefe de gabinete da Procuradoria Geral do Município, Ademir Souza e Silva, anunciou na tarde desta quinta-feira (5), que a Prefeitura de São Carlos deve publicar nos próximos dias no Diário Oficial do Município um decreto para regulamentar a situação de intervenção no serviço de transporte coletivo urbano da cidade.

“Essa intervenção não quer dizer que a Prefeitura vai assumir o transporte, nem contratar motoristas, o decreto vai apenas regularizar a situação disciplinar, se a atual empresa quer sair da cidade tudo bem, é um direito dela. O decreto vai disciplinar até quando a atual empresa pode prestar o serviço e qual será a forma de substituição da atual concessionária do transporte coletivo”, disse Souza e Silva.

Segundo o chefe de gabinete da PGM a forma provavelmente será a abertura de uma nova licitação. “Como é um caso de extrema urgência e tipicamente uma calamidade pública, um caos que está se instalando no transporte público, provavelmente será contratada uma empresa de forma emergencial”, disse.

O chefe de gabinete da Procuradoria Geral do Município explica que para garantir isso convidou vários empresários do ramo de transporte para comparecer até São Carlos para que fosse explicado o problema que a cidade vive com o transporte coletivo, o que o município quer para o transporte coletivo e detalhes, como tipo de ônibus e serviço a ser oferecido.

“Atendemos empresários de oito a dez empresas do Estado de São Paulo, da capital, de cidades do interior, do Estado de Minas Gerais, do Estado do Rio de Janeiro e Paraná. Estamos tentando fazer o melhor para trazer a melhor empresa, com maior capacidade financeira técnica e em condições de oferecer um excelente serviço”, disse.

Souza e Silva diz que a Prefeitura está preparada. “Com o decreto vamos garantir que essa empresa continue até o dia que for necessário e se ela não cuidar a gente vai tomar outras providências legais. Nós não temos nenhuma carta na manga, nenhuma empresa definida, mas nós estamos tomando precauções para que as interessadas apresentem seus orçamentos, participem do certame e a melhor, que ofertar as melhores condições, mais ônibus novos, menor preço, enfim que oferecer melhores condições para o munícipe, possa prestar serviços na cidade”, finaliza o chefe de gabinete.

(05/10/2017)